



AUDIODESCRIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Danilo Pereira Cavalcante¹
Ruth da Silva Lima²
Izabeli Sales Matos³

INTRODUÇÃO

A audiodescrição (AD) é uma tecnologia assistiva que converte imagens em palavras, conforme elucidado por Motta (2016). Sua ausência nas aulas de Educação Física representa um obstáculo significativo ao direito à educação, consagrado nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal do Brasil (1988). Dessa forma, a supressão desse recurso limita o acesso à linguagem corporal do movimento, elemento essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Neste diapasão, a inexistência da AD nas aulas de Educação Física não apenas compromete a inclusão desses discentes, como também configura discriminação, conforme o disposto no artigo 4º da Lei nº 13.146 de 2015. Importa ressaltar que tal violação caracteriza-se como discriminação, tipificada no artigo 88º da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Ressalta-se que a relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate acerca da audiodescrição enquanto prática pedagógica inclusiva, fundamental para assegurar a equidade no processo educacional. Embora a literatura apresente uma vasta discussão sobre a inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física, ainda há lacunas no que se refere à importância da audiodescrição. O emprego desse recurso tem o potencial de atenuar as barreiras ao acesso à cultura corporal do movimento.

Diante do exposto, emergem as seguintes questões reflexivas: qual a importância da audiodescrição nas aulas de Educação Física? Quais são os aspectos epistemológicos da audiodescrição? E quais as implicações desse recurso nas aulas de Educação Física?

Com o propósito de responder a tais questionamentos, a presente pesquisa busca evidenciar a relevância da audiodescrição para a inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física. Mais especificamente, pretende-se identificar os aspectos epistemológicos da audiodescrição e analisar suas implicações nas aulas de Educação Física.

¹ Mestrando do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Ceará - UFC, danilop1604@gmail.com;

² Especialista em Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas em AEE pela Faculdade do Maciço de Baturité - FMB, ruthslima@yahoo.com.br;

³ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, izabelimts@gmail.com

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, fundamenta-se em uma revisão bibliográfica pautada por autores de destaque na área da audiodescrição, com ênfase na produção da audiodescriitora Lívia Motta. O estudo seguiu o referencial metodológico proposto por Braun e Clarke (2006), cuja análise temática permitiu flexibilidade e acessibilidade ao longo do processo investigativo, garantiu a participação ativa dos pesquisadores na interpretação dos dados. Esse método mostrou-se apropriado para captar as nuances do impacto da audiodescrição na inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física.

A pesquisa foi estruturada em uma revisão sistemática de bibliografias, complementada pela análise de documentos normativos de grande relevância, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). A integração dessas bases normativas possibilitou a contextualização dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito educacional e o fortalecimento dos fundamentos teóricos acerca da inclusão escolar e da acessibilidade.

Para a coleta de dados, foram selecionadas publicações datadas de 2006 a 2024, extraídas de bases de dados amplamente reconhecidas, como Scopus, Web of Science e Google Scholar. As buscas foram conduzidas por meio de palavras-chave como "audiodescrição", "inclusão escolar", "deficiência visual" e "educação física", com o intuito de identificar estudos que abordassem as práticas inclusivas voltadas para a implementação da audiodescrição nas aulas de Educação Física.

A análise dos dados seguiu as seis fases do método de Braun e Clarke (2006): (, estes procedimentos permitiram a identificação e categorização de padrões recorrentes nas práticas pedagógicas inclusivas, com destaque para a utilização da audiodescrição como ferramenta central para a inclusão de alunos com deficiência visual nas atividades de Educação Física.

A abordagem indutiva adotada na análise permitiu uma interpretação dos textos sob a perspectiva da inclusão e acessibilidade. As categorias emergentes foram discutidas à luz dos marcos teóricos que sustentam a inclusão de discentes com deficiência, enfatizando o papel da audiodescrição enquanto recurso pedagógico essencial para garantir a participação equitativa dos estudantes com deficiência visual. Assim, os resultados obtidos destacam os aspectos epistemológicos da audiodescrição que podem ser aplicadas nas aulas de Educação Física, elucidando sua importância para o processo de inclusão e aprendizagem desse grupo de alunos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A audiodescrição teve seu início em meados da década de 1970, quando Gregory Frasier, ao assistir a um filme com um amigo cego, percebeu a necessidade de descrever os elementos visuais cruciais para o entendimento da trama. A formalização dessa prática ocorreu em sua dissertação de mestrado, apresentada em 1975. Com o apoio de August Coppola, a iniciativa ganhou projeção e, em 1989, filmes com audiodescrição foram apresentados no Festival de Cinema de Cannes (ADERALDO; NUNES, 2016).

Na atualidade a audiodescrição é um recurso de acessibilidade que transforma elementos visuais em descrições, como ações, gestos e cenários, as quais permitem que pessoas com deficiência visual compreendam plenamente os conteúdos audiovisuais e outras produções culturais como é constatado na ABNT NBR 16553 de 2023. Esta norma também define os critérios técnicos para a produção desse recurso, destacando a importância da qualificação dos profissionais envolvidos e a adaptação do conteúdo a diferentes contextos e mídias (2023).

Com efeito, Motta (2011), salienta, que a audiodescrição constitui um recurso de extrema relevância para a promoção da inclusão e a garantia de acessibilidade. Tal ferramenta possibilita a ampliação da compreensão de indivíduos com deficiência visual em diversos contextos, como eventos desportivos e acadêmicos, ao transpor o conteúdo visual para a esfera verbal, convertendo-o em informação sonora. Contudo a audiodescrição também se revela vantajosa para indivíduos com deficiência intelectual, idosos e pessoas com dislexia, contribuindo significativamente para a ampliação da inclusão social e educacional.

Salienta-se que para a utilização da audiodescrição como recurso pedagógico nas aulas de Educação Física, é necessário seguir diretrizes que promovam a transmissão precisa e acessível das informações sobre a cultura corporal do movimento. Essas orientações enfatizam que a descrição deve ser objetiva, clara e ajustada à realidade dos alunos, respeitando a diversidade regional e a maturidade dos usuários. Entre as diretrizes principais, destaca-se a importância de descrever as imagens seguindo uma ordem lógica do geral para o específico, de cima para baixo, da esquerda para a direita, priorizando as informações essenciais para a compreensão do conteúdo visual (Motta, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo demonstrou que a utilização da audiodescrição nas aulas de Educação Física é imprescindível para garantir o acesso equitativo de discentes com deficiência visual à cultura corporal do movimento. Conforme preconizado por Packer (1997), a preparação prévia de audiodescrições de imagens, sejam elas dinâmicas ou estáticas, é essencial para que esses

estudantes possam interpretar e compreender os movimentos. Deste modo a descrição de ambientes, conteúdos e pessoas deve ser realizada pelo professor, possibilitando que o aluno com deficiência visual tenha acesso ao conhecimento da cultura corporal do movimento de forma autônoma, ampliando sua participação no processo educacional.

A utilização do recurso pode contribuir positivamente para a inclusão de vários discentes nas atividades da Educação Física, por permitir que eles entendam como estão sendo realizados os movimentos e o porquê de os movimentos serem executados de determinada maneira. Como apontam Silva e Andrade (2020), este recurso fomenta a autonomia dos alunos ao permitir uma compreensão integral das atividades propostas.

Com efeito, Roan (2012) destaca que a visão é responsável por aproximadamente 80% das informações que recebemos do ambiente, tornando-se um canal crucial para o processo de aprendizagem, especialmente na Educação Física, onde as imagens são fundamentais para a compreensão de gestos técnicos, estratégias de ataque e defesa, e o desenvolvimento histórico da cultura corporal do movimento.

Além disso, estudos evidenciam que o processo de aprendizagem é intensificado pela comunicação imagética, que mobiliza tanto o hemisfério direito, responsável pela criatividade, quanto o hemisfério esquerdo, ligado à análise de informações (Roan, 2012).

Portanto a ausência de audiodescrição nas aulas de Educação Física compromete o desenvolvimento integral dos discentes com deficiência visual, ao reforçar a exclusão social e negar-lhes os direitos fundamentais consagrados no artigo 3º da CDPD (ONU, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que (AD) nas aulas de Educação Física, constitui um recurso fundamental na promoção da acessibilidade e inclusão de discentes com deficiência visual. portanto, sua implementação, constitui uma medida imprescindível para assegurar a equidade no ambiente educacional.

Considera-se assim, que a epistemologia da audiodescrição indica este recurso como uma prática pedagógica inclusiva, baseada na conversão de conteúdos imagéticos para a esfera verbal, e sua relevância está em transpor as barreiras visuais que impedem a participação plena dos estudantes com deficiência visual. Sua aplicação vai além de uma simples técnica: trata-se de um direito que assegura a autonomia, a interação social e a compreensão do mundo físico e simbólico por meio da linguagem corporal do movimento.

As implicações da audiodescrição nas aulas de Educação Física são amplas e profundas. Ela não apenas facilita o entendimento das atividades propostas, mas também promove o



desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais dos alunos com deficiência visual. Além disso, contribuí para a formação de uma cultura inclusiva, permitindo que todos os discentes participem ativamente do processo educacional, em consonância com os princípios da (CDPD).

Palavras-chave: Audiodescrição, Educação Física, Pessoas com deficiência visual.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16553. **Audiodescrição:** princípios, requisitos e técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ADERALDO, Marisa Ferreira; NUNES, Maria Salete. A audiodescrição e a acessibilidade visual: breve percurso histórico. In: ADERALDO, Marisa Ferreira (Org.). **Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição**. Natal: EDUFRN, 2016. p. 16-61.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 08 jul. de 2024.

_____. Ministério da Educação. **Guia de orientação para aplicação pedagógica da audiodescrição no contexto escolar**. Brasília: MEC; UNESCO, 2011. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207042/2/Guia_Audiodescricao_Lindi.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MOTTA, L. M. V. de M. **Inclusão escolar e audiodescrição:** orientações aos educadores. Disponível em: <http://educadorainclusiva.blogspot.com/2011/05/inclusao-escolar-e-audiodescricao.html>. 2011. Acesso em: 12 out. 2024.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Assembleia Geral das Nações Unidas, 6 de dezembro de 2006**. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2024.

PACKER, Jaclyn; KIRCHNER, Corinne. **Who's watching? A profile of the blind and visually impaired audience for television and video**. New York: American Foundation for the Blind, 1997. Disponível em: <<http://www.afb.org>>. Acesso em: 27 jun. 2024



ROAN, Jacob. **The role of visual learning in cognitive development.** Nova York: Academic Press, 2012.

SILVA, João; ANDRADE, Marília. *Inclusion and Physical Education: Challenges and Solutions for the Visually Impaired*. Journal of Inclusive Education, v. 45, n. 3, p. 214-228, 2020.